

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS  
v. 9 n. 2 agosto 1981

*A formação dos  
profissionais de arquivo*

*Construção de prédios  
de arquivo*



s. 70369 Clas. PER  
Arquivo & Administração  
n.2  
o/ago.1981



Prédios a serem demolidos para o  
alargamento da Rua Uruguaiana.  
Foto Augusto Malta, 11 abr. 1907.



Na noite de 27 de maio de 1981, recebemos oficialmente, numa cerimônia repleta de carinho e emoção, o encargo de dirigir os destinos da AAB ao longo do biênio 1981-83. Foi com grande alegria que ouvimos as palavras da arquivista Regina Alves Vieira, em seu discurso de despedida, e recebemos as manifestações de apoio dos colegas que lá compareceram, em especial do prof. José Pedro Esposel que presidiu a solenidade.

Diante das várias manifestações recebidas, não apenas de companheiros da área arquivística, mas também de profissionais de diversos campos afins, e de personalidades de diferentes níveis da administração pública e privada, cumpre-nos expressar nossa confiança em que não estaremos sozinhos nesta missão.

A AAB, este ano, comemora 10 anos de sua fundação. É tempo de amadurecer e solidificar todas as vitórias até aqui alcançadas. Nesse sentido estamos preparando uma programação condigna para as comemorações desta 1.<sup>a</sup> década de realizações. Trata-se de comemorar, não apenas o Dia do Arquivista, mas uma Semana do Arquivista, onde teremos a oportunidade de realizar um ciclo de palestras e debates sobre as grandes questões da Arquivologia contemporânea o qual deverá se constituir numa prévia do 5.<sup>o</sup> Congresso Brasileiro de Arquivologia. Para marcar a data, os alunos do Curso de Artes e Comunicação Visual, da Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação do prof. Carlos Duarte, elaboraram um cartaz alusivo ao evento. Estamos organizando também um leilão de obras de arte, cuja realização terá como objetivo o levantamento de recursos para a aquisição de uma sede própria para a nossa Associação. Vários artistas plásticos de renome já nos enviaram trabalhos, acorrendo à primeira solicitação, sensibilizados pela nossa causa em defesa da Arquivística no Brasil e, conseqüentemente, da preservação da memória social da nação.

Acreditamos que as atividades do 10.<sup>o</sup> aniversário deverão dar ensejo à ampliação da AAB, com a inclusão de novos sócios em seu quadro, além de desencadear um processo de maior intercomunicação, já que pretendemos enfatizar as atividades culturais e sociais da nossa entidade.

Esse tempo de festividades deverá ser também momento de luta no sentido de ativar a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, passo fundamental para a profissionalização do arquivista brasileiro.

Lia Temporal Malcher



Revista quadrimestral de divulgação da  
Associação dos Arquivistas Brasileiros

**Conselho Editorial**

Eloísa Helena Riani Marques  
Helena Corrêa Machado  
José Lázaro de Souza Rosa  
José Pedro Pinto Esposel  
Maria de la E. de España Santos  
Maria Luíza S. Dannemann  
Marilena Leite Paes

**Redatora-Chefe**

Maria Amélia Gomes Leite

**Secretária**

Maria Odila Kahl Fonseca

**Editoração**

Edições Achiamé Ltda.  
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6  
Tel.: 222-0222  
Rio de Janeiro - RJ

**Composição**

Linolivre S/C Composições Gráficas

**Impressão**

Portinho Cavalcanti Editora Ltda.

**Editorial 1****Estudos**

A Formação dos Profissionais  
de Arquivo 3  
A Memória Atual: Instrumento  
de Ação Social 5  
Pequeno Ensaio sobre as  
Possibilidades de Aplicação  
do Planejamento Estratégico à  
Administração Pública Brasileira 9  
**Resenha Bibliográfica**  
Construção de Prédios de Arquivos:  
Bibliografia 12  
Entrevista 14  
Informe 18  
**Desburocratização**  
A Burocracia e o Ombudsman 34  
Desconcentrar, Descentralizar  
e Desburocratizar 35  
Os Caminhos da Desburocratização 36  
**Várias**  
Coisa de Gente Ignorante? 39  
Catalogada e Abandonada Memória  
de uma Cidade 40  
Nas Moedas, a História do Homem 42  
O CIA e o Arquivista 44  
Religião, Arte e História  
na Cidade-Monumento 46  
**Crônica**  
Patrimônio Órfão 48

**ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS  
BRASILEIROS****Diretoria 1981-83****Presidente:**

Lia Temporal Malcher

**Vice-Presidente:**

Afonso Carlos Marques  
dos Santos

**1º Secretário:**

Maria Amélia Gomes Leite

**2º Secretário:**

Jaime Antunes da Silva

**1º Tesoureiro:**

Junia Gomes da Costa  
Guimarães e Silva

**2º Tesoureiro:**

Lúcia Maria de Oliveira

**Conselho Deliberativo**

Astréa de Moraes e Castro  
Gilda Nunes Pinto  
Helena Corrêa Machado  
Janine Resnikoff Diamante  
Maria Luíza S. Dannemann  
Marilena Leite Paes  
Myrthes da Silva Ferreira  
Raul do Rego Lima

**Suplentes**

Hélio dos Santos  
Jaime Antunes da Silva  
Maria Amélia Porto Migueis  
Martha Maria Gonçalves  
Maura Esândola Quinhões  
Paulo de Tarso R. D. Paes Leme

**Conselho Fiscal**

Fernando Salinas  
Maria de Lourdes da Costa  
e Souza  
Milton Machado

**Suplentes**

Eloísa Augusta Vieira  
de Almeida  
Marilúcia Ribeiro da Silva

**Correspondência para****Arquivo & Administração**

Praia de Botafogo, 186, sala B-217  
22253 Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: 551-0748

Esta publicação está sendo  
subvencionada pelo Conselho Nacional  
de Desenvolvimento Científico e  
Tecnológico — CNPq.

**Preços de assinaturas**

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não-Sócios Cr\$ 200,00

Exemplar avulso  
ou atrasado Cr\$ 80,00

**Distribuição: AAB**

Deseamos permuta

Nous désirons échange

We are interest in exchange

R. 70369

Os artigos assinados são  
de inteira responsabilidade dos  
respectivos autores e não  
expressam necessariamente  
o pensamento da Associação  
dos Arquivistas Brasileiros ou  
dos redatores de  
**Arquivo & Administração.**  
Permitida a reprodução de  
artigos desde que seja  
observada a ética autoral que  
determina a indicação  
da fonte.

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-  
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.  
v. ilust. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação  
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

|             |                |      |      |         |                |
|-------------|----------------|------|------|---------|----------------|
| Arq. & Adm. | Rio de Janeiro | v. 9 | n. 2 | p. 1-48 | maio/ago. 1981 |
|-------------|----------------|------|------|---------|----------------|

## DESCONCENTRAR, DESCENTRALIZAR E DESBUROCRATIZAR:

### a abertura segundo Hélio Beltrão\*

Quanto mais burocracia, menos democracia. Com essa idéia, o advogado Hélio Beltrão aceitou assumir, no segundo semestre de 1979, o cargo de Ministro Extraordinário para a Desburocratização do País. Hoje, pouco mais de um ano após sua decisão, ele está convicto de que seu programa "é parte integrante do projeto de abertura do Governo Figueiredo".

— A ligação do meu programa com a abertura, com a liberdade, com os direitos humanos, é fundamental, estreita, total e inseparável — diz Beltrão. — Da mesma forma que a liberdade é um pré-requisito da abertura política, estou liberando o cidadão, em seu cotidiano, dos excessos burocráticos, da opressão burocrática, estou restabelecendo o respeito à sua dignidade, como cidadão e como usuário do serviço público.

#### Varejo

Com seu Programa Nacional de Desburocratização, o ministro preocupa-se, como explicou, "com o varejo da liberdade e dos Direitos Humanos, um a varejo que o cidadão sente mais".

— O cidadão encara e julga o Governo numa fila, num balcão, nos guichês. Para ele, governo é aquilo e, naturalmente, não pode ter uma boa imagem de um Governo que o trata desse jeito, que o joga de uma fila para outra, apenas para ele provar que não está mentindo, para obter um papel desnecessário — disse Beltrão.

O ministro montou um programa baseado "na velha e simples declaração de que o serviço público significa 'servir ao público', pois uma administração só se legitima na medida que serve ao usuário que, afinal, é quem paga a conta".

#### Os Pequenos

Ao caracterizar seu programa como parte do projeto de abertura, o ministro Beltrão especifica: "O que caracteriza minha abertura política é que ela é feita para o pequeno, para o cidadão, para o pequeno empresário, para o município, os pequenos municípios".

Esses pequenos, segundo Beltrão, são menos resistentes ao peso da burocracia

de que os grandes, pois "os grandes sempre podem conviver com a intermediação ou com a propina, podem contratar ou subornar". Se os grandes podem, o mesmo não acontece com os pequenos que, "por não terem condições, precisam se submeter, se sujeitar à tortura das filas, da demora, da frieza dos balcões, desmoralizando-se perante si próprios e deixando de exercer as prerrogativas da cidadania".

Assim, junto ao cidadão comum, o Programa Nacional de Desburocratização objetiva "provocar um processo de conscientização e, até certo ponto, de inconformismo, contra a frieza burocrática". Só assim, destaca Beltrão, "o cidadão pode sentir-se mais seguro, reconhecido, e aspirar ao processo".

No plano econômico, o ministro preocupa-se com o pequeno empresário que está ameaçado, pois, igualmente, é o que menos pode em seu setor. No Brasil, no entender de Beltrão, "Só nascem grandes as empresas estatais e as estrangeiras. Por isso, como a empresa nacional nasce pequena, e como todos são iguais perante a burocracia, pesa sobre todas as empresas, de qualquer tamanho, um volume de cerca de 500 exigências burocráticas por ano. O pequeno não agüenta isso, cai na ilegalidade ou morre".



Essa pressão burocrática desmedida, segundo o ministro, é que ameaça a sobrevivência da pequena empresa brasileira. Ele alerta: "Corremos um risco sério, o de vir a asfixiar, com tanta burocracia, a livre empresa brasileira em sua matriz, que é pequeno empresário".

#### Municípios

Em termos federativos, o Ministério da Desburocratização acha que o fato de a União ter chamado para si um número excessivo de tarefas e competências tornou o município brasileiro uma entidade carente de recursos e de autoridade para resolver seus próprios problemas. Nesse quadro, o pequeno município é o que mais sofre.

Segundo dados do ministro Hélio Beltrão, "dos quatro mil municípios brasileiros, 70 por cento têm menos de 20 mil habitantes, o que os deixa, atualmente, em situação de não ter dinheiro nem mesmo para pagar um contador". Então, a principal tarefa do ministro tem sido a de "procurar diminuir as exigências burocráticas que pesam nas transferências de recursos entre a União e os municípios brasileiros".

#### Idéias Básicas

O Programa Nacional de Desburocratização, segundo Beltrão, "não é um programa técnico, é político; não tem como objetivo principal a administração, mas o usuário". O programa não pretende racionalizar a administração, "pois essa é uma tarefa do Dasp e dos Ministérios, que estão bem servidos de órgãos para isso", diz Beltrão. Ele explica ser essa a razão básica da escolha da palavra desburocratização, "uma palavra que não é fácil de pronunciar, mas difere bem de racionalização ou reorganização administrativa".

Desburocratizar o País, portanto, "é proposição de natureza política, diretamente relacionada com o exercício do poder", diz Hélio Beltrão.

— Desburocratizar significa convencer e, em certos casos, compelir os detentores do poder decisório a abrir mão desse poder, descentrando as decisões, para abreviar a solução dos assuntos de interesse público — destaca o ministro.

\* Extraído de O Globo, Rio de Janeiro, 22 fev. 1981.



Beltrão está disposto a não questionar somente a administração, "mas decretos, leis e tudo o que rege essa administração, uma legislação administrativa que se inspira em nosso passado colonial e faz com que o cidadão seja tratado como súdito e, muitas vezes, o que é pior, se comporte como um súdito".

Nesse passado surgiram, e se aperfeiçoaram ao longo do tempo, as três causas básicas, segundo Beltrão, da burocracia existente no País hoje, a origem da opressão administrativa do Estado sobre o cidadão: o centralismo, a desconfiança e a mania do documento.

### Centralismo

O principal adversário do Programa Nacional de Desburocratização, segundo seu criador, "é o centralismo buro-

crático, no qual estão englobados todos os tipos de centralismos, é um grande mal". Hélio Beltrão diz que o centralismo tem um subproduto tão ruim quanto ele: a padronização das soluções, o tratamento igual dispensado a situações totalmente desiguais.

O ministro está certo de que "o centralismo, qualquer que seja ele, é ruim, porque poucos detêm o poder de decisão. No caso da administração pública, da federação, a centralização traz competência e recursos excessivos para um lugar só, produzindo o grande mal da padronização". A descentralização burocrática é tarefa prioritária para o ministro Hélio Beltrão.

— Gostaria de alertar nossas lideranças políticas para o fato de que a intensificação da descentralização administrativa constitui talvez a primeira etapa

para a implantação de uma verdadeira Federação — disse ele.

Desburocratizar, enfim, significa restituir o País à sua realidade, desigual, não uniforme, diz Beltrão e garante que, nesse trabalho, sempre contou com o apoio do presidente da República.

— A abertura política precedeu meu programa, propiciou sua existência, meu alento é a determinação do presidente Figueiredo em continuar seu projeto — disse Beltrão.

Para ele, descentralização administrativa é um aspecto da desconcentração de poder, que se dá igualmente em todos os planos. "Meu programa é paralelo à abertura, mas a desconcentração é um fenômeno só. A fase atual é boa para desconcentrar o poder, no plano político, burocrático e federativo. A centralização burocrática agrava os males da centralização política", destacou.

## OS CAMINHOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

● Anunciado pelo ministro Hélio Beltrão, entrou em funcionamento, em janeiro último, o *Projeto Cidadão*, que visa facilitar a pronta liberação de todos os documentos obrigatórios a começar pela certidão de nascimento até o atestado de óbito.

O *Projeto Cidadão* é uma continuação do *Projeto João da Silva*, iniciado por Beltrão quando ministro do Planejamento do governo Costa e Silva.

O ministro põe o maior empenho nesse projeto por ser ele um instrumento que se propõe a "facilitar a vida do homem comum que perde dias de salário para retirar os documentos obrigatórios". Tais documentos são em número superior a 30.

● Vai cair outra cidadela da burocracia brasileira. Desta vez Hélio Beltrão investe contra o registro dos diplomas e certificados de conclusão de cursos superiores.

O ministro esteve reunido com os membros da Comissão de Educação e Cultura da Câmara para debater e obter um denominador comum para a aprovação do projeto de lei que dispensa o registro obrigatório daqueles documentos.

O projeto foi encaminhado ao Congresso pelos ministros da Educação e da Desburocratização. Após ser votado pela Comissão de Educação, irá para as Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça, sendo então apreciado em plenário.

Em seu texto ficou estabelecido que as universidades farão publicar no *Diá-*

*rio Oficial da União* a relação dos concluintes de cada curso, com o número e órgão expedidor do documento de identidade, dentro do prazo máximo de 60 dias após a conclusão do curso. O procedimento substituirá o registro que anteriormente era feito pelo MEC, em processo extremamente moroso, e servirá não apenas como prova de conclusão do curso como para efeito de capacitação profissional com validade em todo o território nacional.

Para os que concluíram seus cursos a partir de 1977 as universidades deverão mandar publicar, até 60 dias após a vigência da lei, a relação dos formandos que ainda não tenham registrado seus diplomas.

Os que se formaram antes de 1977 deverão solicitar às universidades a inclusão de seus nomes nessas relações especiais.

Beltrão considera o registro do diploma uma mera formalidade que, em nada, melhorará a qualidade do ensino. Rebateu as críticas dos que afirmam que a abolição do registro aumentará o número de falsificações, acentuando que as fraudes nesses casos, raramente atingem um por cento, podendo ser descobertas independentemente do registro.

A publicação no *Diário Oficial* será, inclusive, um fator para descoberta de falsificações ou compra de diplomas, pois quem não tiver seu nome publicado estará automaticamente incorrendo em fraude ao tentar apresentar diploma ou certificado.

● Com relação às eleições de 1982, o ministro da Desburocratização informa que está estudando com o Tribunal Superior Eleitoral — TSE — dois projetos. O primeiro deles pretende eliminar o uso do título de eleitor para a votação no pleito de 82. Para tanto, bastará que os nomes dos eleitores façam parte de uma relação previamente preparada por um computador.

O segundo projeto visa a adoção de um sistema de votação que permita a divulgação dos resultados das eleições no próprio dia em que ocorrerem. Máquinas de votar de pequenas dimensões, semelhantes às utilizadas pela Loteria Esportiva, seriam instaladas nas grandes cidades, garantindo os resultados desejados.

O TSE está de posse dos dois projetos e será sua a palavra final sobre as medidas pleiteadas.

● A valorização das chefias locais em cada município brasileiro foi intensificada em 1981, para solucionar mais rapidamente os problemas do país, criados pela centralização excessiva do poder.

O ministro da Desburocratização pretende com essa medida fortalecer os funcionários de escalão intermediário, que, atualmente, desprovidos de autoridade, "não são, por isso mesmo, respeitados".

Assim, "será atribuída competência para a decisão de casos individuais, a unidades de natureza local ou a servidores integrantes do nível de execução, excetuando-se os casos expressamente reservados à decisão central". (Dec.